



**Demonstrações Financeiras Individuais  
Preparadas de Acordo com Práticas  
Contábeis Adotadas no Brasil - Aplicáveis  
às Instituições Financeiras**

**Banco Original do Agronegócio S.A.**

**31 de dezembro de 2017**

<b>ÍNDICE</b>	<b>Pág.</b>
<b>Relatório da Administração</b>	<b>1</b>
<b>Relatório do Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Demonstrações Financeiras</b>	
Balanço Patrimonial	<b>5</b>
Demonstração do Resultado	<b>7</b>
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	<b>8</b>
Demonstração dos Fluxos de Caixa	<b>9</b>
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras</b>	
Nota 1 . Contexto Operacional	<b>10</b>
Nota 2 . Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras	<b>10</b>
Nota 3 . Principais Práticas Contábeis	<b>10</b>
Nota 4 . Caixa e Equivalentes de Caixa	<b>12</b>
Nota 5 . Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	<b>12</b>
Nota 6 . Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	<b>13</b>
Nota 7 . Relações Interfinanceiras	<b>15</b>
Nota 8 . Carteira de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	<b>15</b>
Nota 9 . Outros Créditos	<b>16</b>
Nota 10 . Participações em Coligadas e Controladas	<b>17</b>
Nota 11 . Imobilizado de Uso	<b>17</b>
Nota 12 . Intangível	<b>18</b>
Nota 13 . Captação de Recursos e Obrigações por Repasses	<b>18</b>
Nota 14 . Outras Obrigações	<b>18</b>
Nota 15 . Ativos e Passivos Contingentes e Provisões	<b>19</b>
Nota 16 . Patrimônio Líquido	<b>20</b>
Nota 17 . Limites Operacionais	<b>20</b>
Nota 18 . Partes Relacionadas	<b>21</b>
Nota 19 . Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	<b>21</b>
Nota 20 . Despesas de Pessoal	<b>21</b>
Nota 21 . Outras Despesas Administrativas	<b>22</b>
Nota 22 . Despesas Tributárias	<b>22</b>
Nota 23 . Outras Receitas Operacionais	<b>22</b>
Nota 24 . Outras Despesas Operacionais	<b>22</b>
Nota 25 . Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)	<b>22</b>
Nota 26 . Estrutura de Gerenciamento de Risco	<b>23</b>
Nota 27 . Outras Informações	<b>24</b>
Nota 28 . Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos	<b>24</b>

**Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:**

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original do Agronegócio S.A. (Banco), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e ao modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Este relatório, assim como as demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**● Desempenho nos Negócios**

**1. Resultados**

Em 31 de dezembro de 2017, o Banco apresentou lucro líquido de R\$ 12.237, contra um lucro de R\$ 25.121 apresentados no ano de 2016.

O resultado com operações de crédito, que inclui receita de juros e recuperação de créditos baixados como prejuízo, apresentou R\$ 6.739 no ano de 2017, na comparação com o mesmo período de 2016 o resultado foi de R\$ 32.360.

**2. Ativos**

O total de ativos atingiu R\$ 143.811 (31/12/2016 - R\$ 144.861), representado principalmente por:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações Interfinanceiras	97.148	84.649
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros	39.160	42.755
Carteira de Créditos e Outros		
Créditos com Característica de Operação de Crédito	295	15.021

A carteira de crédito ao término do exercício atingiu R\$ 295, o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 295, correspondente a 100% da carteira total, em 2016 correspondiam a R\$ 15.021 e R\$ 10.927, respectivamente constituída em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99.

**3. Patrimônio Líquido**

O Patrimônio Líquido atingiu ao final do exercício, o montante de R\$ 131.901 (31/12/2016 - R\$ 128.429 ), composto da seguinte maneira:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	109.123	109.123
Ajustes de Avaliação Patrimonial	463	85
Reservas de Lucros	22.315	19.221

**● Mudança no Controle acionário**

Em 16 de novembro de 2017 foi publicada no Diário Oficial da União a mudança do controle acionário do Banco.

O Sr. José Batista Sobrinho (diretamente) e o Sr. José Batista Sobrinho Junior (através da holding J&F Agropecuária Ltda) passaram a deter o controle da instituição, com respectivamente 25,000002% e 25,000002% do capital da J&F Participações S.A, holding financeira detentora de 100% das ações do banco.

A J&F Investimentos, que anteriormente detinha 100% de participação no capital do Banco, continua como acionista, mas passou a ter 49,999996%.

**● Agência de Rating**

Agência	Curto prazo		Longo prazo	
	Escala Nacional		Escala Global	
Fitch Ratings <sup>(1)</sup>	F2 (bra)	BBB (bra)	B	B+

(1) Dezembro 2017

**● Governança Corporativa**

**1. Gerenciamento de Riscos e Controles**

O Banco preza por uma estrutura organizacional que permite controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, report, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e report de riscos por estas áreas em processos já implantados.

O Banco qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

**Risco de Crédito:** possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

**Risco de Mercado:** possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição diante da liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

**Risco de Liquidez:** possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

**Risco Operacional:** possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

**Gestão de Capital:** é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Banco está sujeito perante a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

● **Ouvidoria**

A estrutura de Ouvidoria do Banco atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

Nos exercícios de 2017 e 2016 não houve aberturas de demandas na ouvidoria direcionadas ao Banco Original do Agronegócio.

● **Relacionamento com os Auditores**

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o ano os Auditores Independentes prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflitos de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 28 de Fevereiro de 2018.

**Diretoria**

**Contador**

Carlos André Hermesindo da Silva  
CRC - 281528/O-1

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do  
Banco Original do Agronegócio S.A.  
São Paulo - SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Original do Agronegócio S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original do Agronegócio S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase – Investigação J&F Investimentos S.A.

Chamamos a atenção para a nota explicativa 28 às demonstrações financeiras, que descreve sobre o Acordo de colaboração premiada de executivos e ex-executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A., esta atual acionista indireta do Banco, bem como sobre o processo de investigação conduzido, sob responsabilidade do Comitê de Supervisão Independente e previsto no acordo de leniência, em relação a J&F Investimentos, controladas e coligadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas de usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto  
Contador CRC 1SP167455/O-0

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
<b>Ativo Circulante</b>		<b>122.682</b>	<b>118.110</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>4</b>	<b>63</b>	<b>148</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>5</b>	<b>97.148</b>	<b>84.649</b>
Aplicações no Mercado Aberto		97.148	84.649
<b>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>6</b>	<b>22.863</b>	<b>27.600</b>
Carteira Própria		18.221	23.379
Vinculados à Prestação de Garantias		4.642	4.221
<b>Relações Interdependências</b>		<b>3</b>	<b>-</b>
Transferências Internas de Recursos		3	-
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>7</b>	<b>14</b>	<b>37</b>
Créditos Vinculados:		<b>14</b>	<b>37</b>
Depósitos no Banco Central		10	37
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		4	-
<b>Operações de Crédito</b>		<b>-</b>	<b>1.172</b>
Setor Privado	8.a	295	5.279
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(295)	(4.107)
<b>Outros Créditos</b>	<b>9</b>	<b>2.589</b>	<b>4.504</b>
Rendas a Receber		-	2.000
Créditos Tributários	9.a.1	2.045	1.418
Diversos	9.c	544	1.086
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>2</b>	<b>-</b>
Despesas Antecipadas		2	-
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>		<b>20.753</b>	<b>26.163</b>
<b>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>6</b>	<b>16.297</b>	<b>15.155</b>
Carteira Própria		16.297	14.852
Vinculados à Prestação de Garantias		-	303
<b>Operações de Crédito</b>		<b>-</b>	<b>2.922</b>
Setor Privado	8.a	-	9.742
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	-	(6.820)
<b>Outros Créditos</b>	<b>9</b>	<b>4.456</b>	<b>8.086</b>
Créditos Tributários	9.a.1	4.349	8.003
Diversos	9.c	107	83
<b>Permanente</b>		<b>376</b>	<b>588</b>
<b>Investimentos</b>	<b>10</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Participações em Coligadas e Controladas:		100	100
No País		100	100
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>11</b>	<b>214</b>	<b>488</b>
Outras Imobilizações de Uso		1.475	1.922
(Depreciação Acumulada)		(1.261)	(1.434)
<b>Intangível</b>	<b>12</b>	<b>62</b>	<b>-</b>
Ativos Intangíveis		447	-
(Amortização Acumulada)		(385)	-
<b>Total do Ativo</b>		<b>143.811</b>	<b>144.861</b>

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
<b>Passivo Circulante</b>		<b>9.605</b>	<b>13.932</b>
<b>Depósitos</b>	<b>13.a</b>	<b>347</b>	<b>2.060</b>
Depósitos à Vista		84	934
Depósitos a Prazo		263	1.126
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>7</b>	<b>-</b>	<b>3</b>
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		-	3
<b>Relações Interdependências</b>		<b>3</b>	<b>-</b>
Transferências Internas de Recursos		3	-
<b>Outras Obrigações</b>		<b>9.255</b>	<b>11.869</b>
Sociais e Estatutárias	18.b	7.773	6.375
Fiscais e Previdenciárias	14.a	1.154	5.175
Diversas	14.b	328	319
<b>Passivo Exigível a Longo Prazo</b>		<b>2.305</b>	<b>2.500</b>
<b>Depósitos</b>	<b>13.a</b>	<b>-</b>	<b>237</b>
Depósitos a Prazo		-	237
<b>Outras Obrigações</b>		<b>2.305</b>	<b>2.263</b>
Diversas	14.b	2.305	2.263
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>131.901</b>	<b>128.429</b>
Capital Social:		<b>109.123</b>	<b>109.123</b>
De Domiciliados no País	16.a	109.123	109.123
Reservas de Lucros	16.d	22.315	19.221
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16.b	463	85
<b>Total do Passivo</b>		<b>143.811</b>	<b>144.861</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2º Semestre	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
<b>Receitas de Intermediação Financeira</b>		<b>12.877</b>	<b>13.976</b>	<b>49.028</b>
Resultado de Operações de Crédito	8.g	5.069	6.739	32.360
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a.3	7.808	7.237	16.685
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b.3	-	-	(17)
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>(12)</b>	<b>(37)</b>	<b>(4.694)</b>
Operações de Captação no Mercado	13.a.1	(12)	(37)	(4.694)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira Antes da Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa</b>		<b>12.865</b>	<b>13.939</b>	<b>44.334</b>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	9.558	10.133	1.144
<b>Resultado da Intermediação Financeira Líquida da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa</b>		<b>22.423</b>	<b>24.072</b>	<b>45.478</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>(4.269)</b>	<b>(8.937)</b>	<b>(6.431)</b>
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	19	12	29	3.276
Despesas de Pessoal	20	(78)	(175)	(175)
Outras Despesas Administrativas	21	(3.671)	(8.300)	(8.243)
Despesas Tributárias	22	(441)	(470)	(1.095)
Outras Receitas Operacionais	23	16	24	128
Outras Despesas Operacionais	24	(107)	(45)	(322)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>18.154</b>	<b>15.135</b>	<b>39.047</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>		<b>18.154</b>	<b>15.135</b>	<b>39.047</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	25	<b>(6.174)</b>	<b>(2.884)</b>	<b>(13.904)</b>
Provisão para Imposto de Renda			-	(1.963)
Provisão para Contribuição Social			-	(1.616)
Ativo Fiscal Diferido		(6.174)	(2.884)	(10.325)
Participação nos Lucros		(1)	(14)	(22)
<b>Lucro Líquido do Semestre/Exercício</b>		<b>11.979</b>	<b>12.237</b>	<b>25.121</b>
<b>Juros Sobre Capital Próprio</b>		<b>(4.544)</b>	<b>(9.144)</b>	<b>(7.500)</b>
<b>Lucro Líquido por Ação - em (100.000.000) Ações</b>		<b>0,1198</b>	<b>0,1224</b>	<b>0,2512</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2015</b>		<b>104.015</b>	<b>5.108</b>	<b>1.600</b>	-	<b>(289)</b>	-	<b>110.434</b>
Aumento de Capital Homologação Bacen		5.108	(5.108)	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	374	-	374
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	-	25.121	25.121
Destinações:								
Constituição de Reserva Legal/Estatutária		-	-	1.256	16.365	-	(17.621)	-
Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-	(7.500)	(7.500)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2016</b>		<b>109.123</b>	-	<b>2.856</b>	<b>16.365</b>	<b>85</b>	<b>(0)</b>	<b>128.429</b>
<b>Mutações do Exercício</b>		<b>5.108</b>	<b>(5.108)</b>	<b>1.256</b>	<b>16.365</b>	<b>374</b>	<b>(0)</b>	<b>17.995</b>
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2016</b>		<b>109.123</b>	-	<b>2.856</b>	<b>16.365</b>	<b>85</b>	<b>(0)</b>	<b>128.429</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16.b	-	-	-	-	379	-	379
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	12.237	12.237
Destinações:								
Constituição reserva legal/Estatutária	16.d	-	-	612	6.836	-	(7.448)	-
Reversão Reserva Legal/Estatutária	16.d	-	-	-	(4.354)	-	4.354	-
Juros sobre Capital Próprio	16.c	-	-	-	-	-	(9.144)	(9.144)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2017</b>		<b>109.123</b>	-	<b>3.468</b>	<b>18.847</b>	<b>464</b>	-	<b>131.901</b>
<b>Mutações do Exercício</b>		-	-	<b>612</b>	<b>2.482</b>	<b>379</b>	<b>(1)</b>	<b>3.472</b>
<b>Saldos em 30 de Junho de 2017</b>		<b>109.123</b>	-	<b>2.869</b>	<b>12.011</b>	<b>238</b>	-	<b>124.241</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16.b	-	-	-	-	225	-	225
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	11.979	11.979
Destinações:								
Constituição reserva legal/Estatutária	16.d	-	-	599	6.836	-	(7.435)	-
Juros sobre Capital Próprio	16.c	-	-	-	-	-	(4.544)	(4.544)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2017</b>		<b>109.123</b>	-	<b>3.468</b>	<b>18.847</b>	<b>463</b>	-	<b>131.901</b>
<b>Mutações do Semestre</b>		-	-	<b>599</b>	<b>6.836</b>	<b>225</b>	-	<b>7.660</b>

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2º Semestre	31/12/2017	31/12/2016
<b>Atividades Operacionais</b>				
<b>Lucro Líquido do Semestre/ Exercício</b>		<b>11.979</b>	<b>12.237</b>	<b>25.121</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido do Semestre/Exercício</b>		<b>(157)</b>	<b>(4.356)</b>	<b>9.708</b>
<b>Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa</b>	<b>8.e</b>	<b>(9.558)</b>	<b>(10.133)</b>	<b>(1.144)</b>
Carteira de crédito		(9.558)	(10.133)	(1.144)
Outros Créditos		-	-	(1.144)
Depreciações e Amortizações	<b>21</b>	88	212	330
Ajuste a Valor de Mercado		2.817	2.817	-
Tributos Diferidos		6.322	2.725	10.325
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros		174	26	175
Provisão de Participações no Lucro		1	(3)	22
<b>Lucro Líquido Ajustado do Semestre/ Exercício</b>		<b>11.822</b>	<b>7.881</b>	<b>34.829</b>
<b>Variações em Ativos e Passivos</b>		<b>12.823</b>	<b>13.791</b>	<b>(33.927)</b>
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos		(4.655)	778	11.319
Varição Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		11	20	10
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		13.356	14.726	16.278
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(109)	2.820	(1.068)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		38	(2)	2
Aumento (Redução) em Depósitos		(162)	(1.950)	(65.645)
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		-	-	(6.271)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		4.344	(2.601)	11.448
<b>Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais</b>		<b>24.645</b>	<b>21.672</b>	<b>902</b>
<b>Atividades de Investimento</b>				
Aquisição/Baixa/Transferência de Imobilizado de Uso	11.b	(114)	(114)	1.373
<b>Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento</b>		<b>(114)</b>	<b>(114)</b>	<b>1.373</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>				
Juros sobre o Capital Próprio pagos		(4.544)	(9.144)	-
<b>Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento</b>		<b>(4.544)</b>	<b>(9.144)</b>	<b>-</b>
<b>Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>19.987</b>	<b>12.414</b>	<b>2.275</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre/ Exercício</b>		<b>77.224</b>	<b>84.797</b>	<b>82.522</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre/ Exercício</b>	<b>4</b>	<b>97.211</b>	<b>97.211</b>	<b>84.797</b>
<b>Aumento/Redução Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>19.987</b>	<b>12.414</b>	<b>2.275</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### 1. Contexto Operacional

O Banco Original do Agronegócio S.A. (Banco) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento e investimento, de crédito imobiliário e rural, operações compromissadas e mercado de câmbio, constituído na forma de sociedade anônima, sediado na Rua General Furtado do Nascimento, nº 66 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP.

### 2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/1976, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas.

Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pela Administração na reunião realizada em 28 de fevereiro de 2018 e serão divulgadas, no endereço eletrônico [www.original.com.br](http://www.original.com.br).

### 3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

#### a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

#### b) Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008.

#### c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Instrumentos de gerenciamento de caixa representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras e títulos de valores mobiliários, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

#### d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perda, quando aplicável.

#### e) Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

● **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Conforme Circular do Bacen nº 3.068/2011 os títulos são registrados no Ativo Circulante independentemente de sua data de vencimento.

● **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado, são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial", e esses ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido; e

● **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários, somente poderá ser efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais.

I - Na hipótese de transferência da categoria títulos para negociação para as demais categorias, não será admitido o estorno dos valores já computados no resultado decorrentes de ganhos ou perdas não realizados;

II - Na hipótese de transferência da categoria títulos disponíveis para venda, os ganhos e perdas não realizados, registrados como componente destacado no patrimônio líquido, devem ser reconhecidos no resultado do período;

III - Na hipótese de transferência da categoria títulos mantidos até o vencimento para as demais categorias, os ganhos e perdas não realizados devem ser reconhecidos.

Em 31 de dezembro de 2017 não haviam títulos mantidos até o vencimento.

#### f) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações de cessão de créditos, classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", devem ser baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada.

Nas operações classificadas como "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios", o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo, os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As classificadas como "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com transferência de controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem obedecer ao procedimento das "operações com transferência" e as "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem permanecer registradas no ativo na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido. O passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido e o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período de forma segregada e as receitas e despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, observadas as regras da Resolução nº 2.682/1999 do CMN, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Banco para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen.

#### g) Outros ativos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base *pro rata* dia, incorridos até a data do balanço.

#### h) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e estão registradas na rubrica "Outros valores e bens".

#### i) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

##### j.1) Imobilizado de Uso

O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem, sendo: instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10 anos, sistemas de processamento de dados e veículos - 5 anos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10 anos. Nota 11

##### j.2) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares.

Em 2017 o Banco adotou os procedimentos contábeis da Resolução Bacen nº 4.534/2016 e reclassificou do imobilizado montantes referentes a softwares adquiridos no mercado ou desenvolvidos internamente para o grupo de intangível, no qual será amortizado em 10 anos.

#### k) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros (*Impairment*)

É reconhecido como perda se o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável, ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do exercício em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não foram registrados redas por *Impairment*.

#### l) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

#### m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Corrente e Diferido)

A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real, assim entendido como sendo o lucro líquido contábil, ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 mil no exercício fiscal. A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil também ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei. As instituições financeiras, durante o ano de 2015, estiveram sujeitas a alíquota de 15% no período de janeiro a agosto e de 20% a partir de setembro, com a entrada em vigor da Lei nº 13.169/15, fruto de conversão da MP nº 675/15. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, sendo que os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei 13.169, de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos à CSLL foram majorados para refletir a elevação da alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018.

#### n) Ativos e Passivos Contingentes, Provisões e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** - São apenas divulgados nas demonstrações financeiras porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos;
- **Provisões** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação;
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem outra alternativa senão de liquidar a obrigação.

#### o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS 0,65% e a COFINS 4% são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em "despesas tributárias".

#### p) Outros Passivos

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações pré-fixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

#### q) Partes Relacionadas

O Banco possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado, para operações livres de risco. Essas transações estão demonstradas na Nota 18b, de acordo com os requerimentos de divulgação do CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Resolução CMN nº 3.750/09.

#### r) Resultado por Ação

É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

#### s) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A provisão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício de cada uma das entidades, conforme permite o Art.202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976.

No exercício de 2017 foram deliberados dividendos na forma de JCP. Vide nota 16.c.

### 4. Caixa e Equivalentes de caixa

Composição	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidades em Moedas Nacional e Estrangeira	63	148
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	97.148	84.649
<b>Total</b>	<b>97.211</b>	<b>84.797</b>

### 5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	31/12/2017		31/12/2016
	Até 3 Meses	Total	Total
<b>Aplicações no Mercado Aberto</b>	<b>97.148</b>	<b>97.148</b>	<b>84.649</b>
<b>Posição Bancada</b>	<b>97.148</b>	<b>97.148</b>	<b>84.649</b>
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	97.148	97.148	84.649
<b>Total</b>	<b>97.148</b>	<b>97.148</b>	<b>84.649</b>
<b>Circulante</b>		<b>97.148</b>	<b>84.649</b>

As operações compromissadas encontram-se custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), e os prazos referem-se ao lastro da operação.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

## 6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

### a) Títulos e Valores Mobiliários

#### a.1) Classificação por Título, Valor de Mercado e Curva

##### a.1.1) Títulos para Negociação

	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	31/12/2017	31/12/2016
			Valor Contábil	Valor Contábil
<b>Carteira Própria</b>				
<b>Títulos Públicos</b>				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	8.661	-	8.661	7.875
<b>Títulos Privados</b>				
Ações de Companhias Abertas <sup>(1)</sup>	10.664	(1.104)	9.560	15.504
<b>Total Carteira Própria</b>	<b>19.325</b>	<b>(1.104)</b>	<b>18.221</b>	<b>23.379</b>
<b>Vinculados à prestação de garantias</b>				
<b>Títulos Públicos</b>				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.641	0	4.642	4.221
<b>Total Vinculados à prestação de garantias</b>	<b>4.641</b>	<b>0</b>	<b>4.642</b>	<b>4.221</b>

##### a.1.2) Títulos Disponíveis para Venda

	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Patrimônio Líquido	31/12/2017	31/12/2016
			Valor Contábil	Valor Contábil
<b>Carteira Própria</b>				
<b>Títulos Públicos</b>				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	15.414	883	16.297	14.852
<b>Total Carteira Própria</b>	<b>15.414</b>	<b>883</b>	<b>16.297</b>	<b>14.852</b>
<b>Vinculados à prestação de garantias</b>				
<b>Títulos Públicos</b>				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	303
<b>Total Vinculados à prestação de garantias</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>303</b>

### a.2) Classificação e Vencimento

#### a.2.1) Títulos para Negociação

	Sem vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2017	31/12/2016
					Total	Total
<b>Carteira Própria</b>						
<b>Títulos Públicos</b>						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	8.661	-	8.661	7.875
<b>Títulos Privados</b>						
Ações de Companhias Abertas <sup>(1)</sup>	9.560	-	-	-	9.560	15.504
<b>Total</b>	<b>9.560</b>	<b>-</b>	<b>8.661</b>	<b>-</b>	<b>18.221</b>	<b>23.379</b>
<b>Curto Prazo</b>					<b>18.221</b>	<b>23.379</b>
<b>Vinculados à prestação de garantias</b>						
<b>Títulos Públicos</b>						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	4.642	-	4.642	4.221
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.642</b>	<b>-</b>	<b>4.642</b>	<b>4.221</b>
<b>Curto Prazo</b>					<b>4.642</b>	<b>4.221</b>

#### a.2.2) Títulos Disponíveis para Venda

	Sem vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2017	31/12/2016
					Total	Total
<b>Carteira Própria</b>						
<b>Títulos Públicos</b>						
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	16.297	16.297	14.852
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16.297</b>	<b>16.297</b>	<b>14.852</b>
<b>Longo Prazo</b>					<b>16.297</b>	<b>14.852</b>
<b>Vinculados à prestação de garantias</b>						
<b>Títulos Públicos</b>						
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	-	-	303
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>303</b>
<b>Longo Prazo</b>					<b>-</b>	<b>303</b>

(1) Em 31 de Dezembro de 2017 o Banco reclassificou sua carteira de ações JBS para a categoria Negociação. Essa reclassificação está alinhada à estratégia de gerenciamento de riscos e as melhores práticas contábeis onde os Instrumentos financeiros devem ser classificados, não pela intenção de obtenção de ganho financeiro em função da oscilação de preços, e sim pelo plano de negócio da entidade. O valor de marcação a mercado reclassificado para resultado foi de R\$ 3.194.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC.

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

### a.3) Resultado com Operações de Títulos e Valores Mobiliários

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.470	8.141	9.484
Rendas de Títulos de Renda Fixa	4.369	5.705	6.038
Resultado Renda Variável <sup>(1)</sup>	(31)	(6.609)	1.163
<b>Total</b>	<b>7.808</b>	<b>7.237</b>	<b>16.685</b>

(1) Resultado com ações da JBS S.A

### b) Instrumentos Financeiros Derivativos

A estrutura organizacional e de processos é montada de forma a permitir um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades. A estrutura de gerenciamento de riscos está descrita na Nota 26.

O Conglomerado, do qual o Banco Original do Agronegócio faz parte, utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de:

- Atender às necessidades dos clientes;
- Realizar a gestão das exposições da carteira ao risco de mercado e de taxa de juros.

O Conglomerado segrega suas exposições em carteiras de negociação (*trading*) e carteira bancária (*banking*), seguindo, além das melhores práticas de mercado, as diretrizes da Resolução Bacen nº 4.557/17 e da Circular nº 3.354/07, que estabelecem critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras.

As posições nas quais há intenção de obter ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira *trading* da Instituição. Neste caso, diariamente, essas operações são identificadas, mensuradas e submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são:

- VaR Paramétrico, com nível de confiança de 99,9% e "holding period" estipulado de acordo com o prazo de liquidação da carteira;
- Stress Test;
- Stop Loss.

Aqueles classificados como *banking* possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado e de taxa de juros da carteira bancária composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Estas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Banco Original do Agronegócio não possui instrumentos financeiros derivativos classificados contabilmente como *hedge* nos termos da Circular CMN nº 3.082/02.

Carteira Trading - dez/2017		Value at Risk		dez/16
Fator de Risco	Risco de Variação em:	Média	Fechamento	Fechamento
Pré-fixado	Taxa de Juros pré-fixada	1.012	69	47
Boi Gordo	Preço do Boi Gordo CEPEA	3	-	-
Moedas Estrangeiras	Variação Cambial	365	1.448	270
Índice Bolsa	Índice de Ações Bolsa	99	-	-
Ação Bovespa	Ação da Bovespa	1.439	88.684	14.474
Exposição com Correlação		3.125	85.729	14.033

  

Carteira Banking - dez/2017		Teste de Estresse		dez/16
Risco		Média	Fechamento	Fechamento
Risco de Taxa de Juros		29.790	34.221	27.123

Destaca-se que o aumento relevante do *Value at Risk* (VaR) na linha referente ao Fator de Risco em Ação Bolsa foi resultado da reclassificação, ao final deste semestre, do estoque de ações, estava classificado com a modalidade Disponível para Venda (*banking book*), para Negociação (*trading book*). Essa reclassificação está alinhada à estratégia de gerenciamento de riscos e as melhores práticas contábeis onde os Instrumentos financeiros devem ser classificados, não pela intenção de obtenção de ganho financeiro em função da oscilação de preços, e sim pelo modelo de negócio da entidade.

### b.1) Critérios de Avaliação e Mensuração na Apuração do Valor de Mercado

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Premissas para determinação de preços de mercado:

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais *notional* estão registrados em contas de compensação. Os valores de resultados das operações ocorridas no exercício estão demonstradas como segue:

### b.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

O Banco não teve operações de instrumentos derivativos nos exercícios de 2017 e 2016.

### b.3) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

No exercício de 2017 não tivemos resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (31/12/2016 - R\$ (17) )



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

## 7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica "Relações interfinanceiras" é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no BACEN no montante de R\$ 14 ativo (31/12/2016 - R\$ 34 ativo), para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

## 8. Carteira de Créditos e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

### a) Carteira de Créditos - Composição por Produto

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Empréstimos e Títulos Descontados</b>	<b>295</b>	<b>15.021</b>
<b>Empréstimos</b>	<b>295</b>	<b>15.021</b>
Cédula de Produto Rural (CPR) <sup>(1)</sup>	295	13.648
Capital de Giro	-	1.373
<b>Subtotal</b>	<b>295</b>	<b>15.021</b>
<b>Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa</b>	<b>(295)</b>	<b>(10.927)</b>
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>4.094</b>
<b>Circulante</b>	<b>-</b>	<b>1.172</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>-</b>	<b>2.922</b>

(1) Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente, o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

### b) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	31/12/2017			31/12/2016	
	Parcelas Vencidas a partir de 15 dias	Parcelas a Vencer até 12 Meses e Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 360 dias	Total	Total
	<b>Setor Privado</b>				
Rural	-	295	-	295	15.021
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>295</b>	<b>-</b>	<b>295</b>	<b>15.021</b>

### c) Concentração de Crédito

	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor	% da Carteira	Provisões	% das Provisões
10 Maiores Devedores	295	100%	295	100%
<b>Total</b>	<b>295</b>	<b>100%</b>	<b>295</b>	<b>100%</b>

### d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

A abertura das posições "Curso Normal" e "Curso Anormal" refere-se aos contratos vigentes em 31 de dezembro de 2017. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de *rating* e os percentuais estipulados na Resolução CMN nº 2.682/1999.

Nível de Risco	31/12/2017			31/12/2016	
	% Provisão	Curso Normal <sup>(1)</sup>	Curso Anormal <sup>(1)</sup>	Total	Requerida
H	100%	295	-	295	295
<b>Total</b>		<b>295</b>	<b>-</b>	<b>295</b>	<b>295</b>

Nível de Risco	31/12/2017			31/12/2016	
	% Provisão	Curso Normal <sup>(1)</sup>	Curso Anormal <sup>(1)</sup>	Total	Requerida
G	70%	13.648	-	13.648	9.553
H	100%	-	1.373	1.373	1.373
<b>Total</b>		<b>13.648</b>	<b>1.373</b>	<b>15.021</b>	<b>10.927</b>

(1) Curso normal refere-se a contratos vincendos e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal à contratos vincendos e vencidos a partir de 15 dias.

### e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Saldo Inicial</b>	<b>10.926</b>	<b>13.971</b>
Constituição Líquida de Reversão	(10.133)	(1.144)
Baixa para Prejuízo	(498)	(1.901)
<b>Saldo Final</b>	<b>295</b>	<b>10.926</b>
<b>Circulante</b>	<b>(295)</b>	<b>(4.107)</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>-</b>	<b>(6.820)</b>
<b>Créditos Recuperados <sup>(1)</sup></b>	<b>4.945</b>	<b>30.292</b>

(1) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica de "Operações de crédito".

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

No exercício de 2017, os créditos renegociados são de R\$ 295 (31/12/2016 – R\$ 21.783), e a Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa constituída para esses contratos em 2017 é de R\$ 295 (31/12/2016 - R\$ 9.593) relativo às operações vencidas e repactuadas. O saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento e nas condições de pagamento originalmente pactuadas em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco. O gerenciamento de risco de crédito está descrito na Nota 26.

#### f) Cessão de Crédito

##### Com Transferência Substancial de Risco

No exercício de 2017 ocorreram cessões de crédito. Os créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios no exercício de 2017 foram baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecido na data da cessão. Efetuamos a venda da carteira no valor de R\$ 17.940, conforme segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor da venda carteira ativa <sup>(1)</sup>	14.206	6.293
Valor da venda carteira baixada para prejuízo <sup>(2)</sup>	3.734	26.960
<b>Valor total da Venda <sup>(3)</sup></b>	<b>17.940</b>	<b>33.253</b>

(1) Não houve lucro na cessão, a venda foi realizada pelo valor contábil da carteira e o valor da reversão da provisão para crédito de liquidação duvidosa foi no montante de R\$ 10.241

(2) O montante de R\$ 3.734 foi considerado como recuperação de créditos baixados para prejuízo.

(3) O valor total da cessão foi feita com partes relacionadas.

#### g) Resultado de Operações de Crédito

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Rendas de Empréstimos	555	1.794	2.068
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo (Nota 8.e) <sup>(1)</sup>	4.514	4.945	30.292
<b>Total</b>	<b>5.069</b>	<b>6.739</b>	<b>32.360</b>

(1) No exercício de 2017 o impacto de R\$ 3.734 nessa rubrica refere-se a recuperação de prejuízo com a cessão da carteira de crédito. (Nota 8.f)

#### 9. Outros Créditos

##### a) Créditos Tributários

###### Créditos Fiscais Diferidos

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Saldo Inicial</b>	<b>9.420</b>	<b>19.778</b>
Constituições	2.074	5.696
Reversões	(5.100)	(16.054)
<b>Saldo Final</b>	<b>6.394</b>	<b>9.420</b>
<b>Débitos Fiscais Diferidos</b>		
<b>Saldo Inicial</b>	<b>378</b>	<b>54</b>
Constituições	1.698	378
Reversões	(1.656)	(54)
<b>Saldo Final</b>	<b>420</b>	<b>378</b>

###### a.1) Ativo Fiscal Diferido

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os valores diferidos foram calculados, sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis (Alíquotas IRPJ 25% e CSLL 20% até dezembro de 2018).

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos – Créditos Tributários" e "Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo Fiscal	5.337	5.243
<b>Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%</b>	<b>1.334</b>	<b>1.311</b>
Base Negativa de Contribuição Social	6.121	5.247
<b>Crédito de CSLL sobre Base Negativa - 20%</b>	<b>1.224</b>	<b>1.049</b>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	295	10.927
Provisão para Contingências Trabalhistas	2.273	2.246
Provisão para Despesas Administrativas	147	172
Ajustes Positivos ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	2.803	-
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos - 4,65%	(130)	-
Ajustes Futuros - DI e DDI	104	104
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(5)	(5)
Perdas em Operações de Crédito	2.729	2.236
Outras Diferenças Temporárias	9	-
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	8.225	15.679
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	8.225	15.679
<b>Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%</b>	<b>2.056</b>	<b>3.920</b>
<b>Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20% <sup>(1)</sup></b>	<b>1.645</b>	<b>3.136</b>
Ajustes Futuros - DI e DDI	105	104
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	2.803	-
<b>Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS</b>	<b>2.908</b>	<b>104</b>
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
<b>Total do Crédito de PIS e COFINS Diferidos</b>	<b>135</b>	<b>5</b>
<b>Total do Ativo Fiscal Diferido</b>	<b>6.394</b>	<b>9.421</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.045</b>	<b>1.418</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>4.349</b>	<b>8.003</b>

(1) Com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei 13.169, de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos à CSLL foram majorados para refletir a elevação da alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### a.2) Passivo Fiscal Diferido

	31/12/2017	31/12/2016
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	-	635
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	883	161
PIS/COFINS diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos - 4,65%	(41)	(37)
<b>Total de Diferenças Temporárias- IRPJ</b>	<b>842</b>	<b>759</b>
<b>Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%</b>	<b>211</b>	<b>190</b>
<b>Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20%</b>	<b>168</b>	<b>152</b>
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	883	161
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Derivativos	-	635
<b>Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS</b>	<b>883</b>	<b>796</b>
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
<b>Total do Débito de PIS e COFINS Diferidos</b>	<b>41</b>	<b>37</b>
<b>Total do Passivo Fiscal Diferido</b>	<b>420</b>	<b>379</b>
<b>Circulante</b>	<b>420</b>	<b>379</b>

### a.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

Ano	31/12/2017			31/12/2016		
	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos
2017	-	-	-	1.418	379	1.039
2018	2.045	420	1.625	2.464	-	2.464
2019	2.659	-	2.659	5.539	-	5.539
A partir de 2020	1.690	-	1.690	-	-	-
<b>Total</b>	<b>6.394</b>	<b>420</b>	<b>5.974</b>	<b>9.421</b>	<b>379</b>	<b>9.042</b>

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

### b) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente do ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2017, considerando a taxa de captação projetada para o período é de R\$ 5.995 (31/12/2016 - R\$ 8.072).

### c) Outros Créditos - Diversos

	31/12/2017	31/12/2016
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	540	1.083
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 15.b.1)	107	83
Adiantamentos Salariais/Outros	4	2
Devedores Diversos - País	-	1
<b>Total</b>	<b>651</b>	<b>1.169</b>
<b>Circulante</b>	<b>544</b>	<b>1.086</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>107</b>	<b>83</b>

## 10. Participações em Coligadas e Controladas

Investimentos	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas Direta ou Indiretamente (Mil)			31/12/2017
	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Participação Direta	Participação Direta e Indireta
<b>Controladas do Banco</b>				
Original Investimentos Imobiliários Ltda.	Investimento	99.999	99,99%	99,99%

Controladas do Banco	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido/ (Prejuízo) 01/01 a 31/12/2017	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
			31/12/2017	31/12/2016	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Original Investimentos Imobiliários Ltda. <sup>(1)</sup>	100	-	100	100	-	-
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>-</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(1) Em fase pré-operacional, com capital a integralizar;

## 11. Imobilizado de Uso

### a) Imobilizado de uso

Outras Imobilizações de Uso	Custo	Depreciação	31/12/2017	31/12/2016
			Residual	Residual
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	241	(142)	99	123
Sistemas de Processamento de Dados	975	(924)	51	275
Sistemas de Segurança e Comunicações	259	(195)	64	90
<b>Total</b>	<b>1.475</b>	<b>(1.261)</b>	<b>214</b>	<b>488</b>

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

## b) Movimentação do Imobilizado de Uso

Outras Imobilizações de Uso	31/12/2016				31/12/2017	
	Saldo inicial	Aquisições	Transferência/ Baixas	Depreciação	Saldo Final	
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	126	-	-	(27)	99	
Sistemas de Processamento de Dados <sup>(1)</sup>	273	-	(114)	(108)	51	
Sistemas de Segurança e Comunicações	89	-	-	(25)	64	
<b>Total</b>	<b>488</b>	<b>-</b>	<b>(114)</b>	<b>(160)</b>	<b>214</b>	

(1) O Banco adotou os procedimentos contábeis da Resolução nº 4.534 e reclassificou o montante de R\$ (114) referente a softwares adquiridos no mercado ou desenvolvidos internamente para o grupo de intangível.

## 12. Intangível

### a) Valor residual

Gastos com Desenvolvimento	31/12/2017		31/12/2016	
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
	447	(385)	62	-
<b>Total</b>	<b>447</b>	<b>(385)</b>	<b>62</b>	<b>-</b>

## b) Movimentação do Intangível

Gastos com Desenvolvimento <sup>(1)</sup>	31/12/2016				31/12/2017	
	Saldo inicial	Aquisição	Transferência/ Baixas	Amortização	Saldo Final	
	-	-	114	(52)	62	
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>114</b>	<b>(52)</b>	<b>62</b>	

(1) O Banco adotou os procedimentos contábeis da Resolução nº 4.534 e reclassificou o montante de R\$ 114 referente a softwares adquiridos no mercado ou desenvolvidos internamente para o grupo de intangível.

## 13. Captação de Recursos e Obrigações por Repasses

### a) Depósitos

	31/12/2017				31/12/2016	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos à Vista	84	-	-	-	84	934
Depósitos a Prazo - CDB <sup>(1)</sup>	-	-	263	-	263	1.363
<b>Total</b>	<b>84</b>	<b>-</b>	<b>263</b>	<b>-</b>	<b>347</b>	<b>2.297</b>
<b>Circulante</b>					<b>347</b>	<b>2.060</b>
<b>Longo Prazo</b>					<b>-</b>	<b>237</b>

(1) Os depósitos a prazo possuem cláusula de resgate antecipado.

Em 31 de dezembro de 2017 os Depósitos a Prazo estão compostos integralmente por CDB R\$ 263 (31/12/2016 - R\$ 237) no ano de 2017 não tivemos saldo de DPGE (31/12/2016 - R\$ 1.126).

O Banco realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB), com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 109% do CDI (31/12/2016 - 109% do CDI), para operações de DPGE com taxas pós-fixadas praticadas em 31/12/2016 foi de 108% do CDI e 106% do IPCA.

### a.1) Despesa de Captação no Mercado

Depósitos a Prazo - CDB e DPGE	01/01 a		01/01 a	
	2º Semestre	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016
Captação no Mercado Aberto	(12)	(36)	-	(4.382)
Despesas Letras de crédito do Agronegócio	-	(1)	-	(150)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC	-	-	-	(157)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC	-	-	-	(5)
<b>Total</b>	<b>(12)</b>	<b>(37)</b>	<b>-</b>	<b>(4.694)</b>

## 14. Outras Obrigações

### a) Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2017	31/12/2016
Impostos e Contribuições a Recolher	<b>734</b>	<b>1.217</b>
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	15	20
Impostos e Contribuições sobre Salários	5	7
I.R.R.F. a recolher s/ Juros Capital Próprio	682	1.125
Outros	32	65
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	-	<b>3.579</b>
Provisão para Imposto de Renda	-	1.963
Provisão para Contribuição Social	-	1.616
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 9.a.2)	420	379
<b>Total</b>	<b>1.154</b>	<b>5.175</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.154</b>	<b>5.175</b>

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**b) Outras Obrigações - Diversas**

	<b>31/12/2017</b>	31/12/2016
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 15.b.1.1)	2.305	2.263
Provisão para Pagamentos a Efetuar	<b>182</b>	<b>184</b>
Despesas de Pessoal	42	36
Outras despesas administrativas	14	2
Outros pagamentos	126	146
Subscrições de capital a integralizar <sup>(1)</sup>	100	100
Credores Diversos - Exterior/País	46	35
<b>Total</b>	<b>2.633</b>	<b>2.582</b>
<b>Circulante</b>	<b>328</b>	<b>319</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>2.305</b>	<b>2.263</b>

(1) Constituído por capital a integralizar da Original Investimentos Imobiliários Ltda. (nota 10)

**15. Ativos e Passivos Contingentes e Provisões**

**a) Ativos Contingentes**

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

**b) Provisões e Passivos Contingentes**

**b.1) Provisão para Processos Trabalhistas**

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas devidos.

Em 31 de dezembro de 2017 o Banco possuía depósitos judiciais no montante de R\$ 107 (31/12/2016 - R\$ 83).

**b.1.1) Movimentação das Provisões para Processos Trabalhistas**

	<b>01/01 a 31/12/2017</b>	01/01 a 31/12/2016
	<b>Trabalhistas</b>	<b>Trabalhistas</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>2.263</b>	<b>1.962</b>
Constituição	-	175
Atualização Monetária	237	415
Reversão	(195)	(289)
<b>Saldo Final</b>	<b>2.305</b>	<b>2.263</b>

**b.2) Provisões para Processos Cíveis**

Estas ações são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos.

Para esses processos não foram efetuados depósitos judiciais .

**b.3) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível**

São processos de naturezas trabalhista ou cível classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2017 o Banco não possui processos de natureza cível e trabalhista classificados como possível. Para processos de natureza trabalhista, no exercício de 2016, o banco possui os seguintes montantes de passivo contingente classificado como perda possível:

	<b>01/01 a 31/12/2017</b>	01/01 a 31/12/2016
Processos Trabalhistas	-	390
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>390</b>

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

## 16. Patrimônio Líquido

### a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social de R\$ 109.123 (31/12/2016 - R\$109.123) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Ordinárias R\$	Total	Ordinárias R\$	Total R\$
De Domiciliados no País	109.123	109.123	109.123	109.123
<b>Total</b>	<b>109.123</b>	<b>109.123</b>	<b>109.123</b>	<b>109.123</b>

### b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere - se ao valor do ajuste a valor de mercado relativo aos títulos públicos representados por NTN no montante de R\$ 463 (31/12/2016 - R\$ 85).

### c) JCP e Dividendos

No exercício de 2017, foi deliberado o montante de R\$ 9.144 (31/12/2016 - R\$ 7.500) de Juros sobre Capital Próprio, o qual após retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 15%, na forma da legislação em vigor, resulta no montante líquido de R\$7.772. Desse valor, o montante líquido de R\$7.695 será pago à J&F Participações S.A e o montante líquido de R\$ 77 será pago para o acionista minoritário. O benefício fiscal reconhecido no resultado decorrente desses juros foi de R\$ 4.115.

### d) Reserva de Lucros

#### d.1) Reserva Legal

A reserva legal é constituída à base de 5% sobre o lucro do exercício, limitada a 20% do capital social, de acordo com previsão do Estatuto Social e legislação vigente. No exercício de 2017 foi constituída reserva legal no montante de R\$ 612 ( 31/12/2016 - R\$ 1.256). O saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2017 atingiu o montante de R\$ 3.468 (31/12/2016 - R\$ 2.856).

#### d.2) Reserva Estatutária

A reserva estatutária é constituída por determinação da instituição como destinação de uma parcela do lucro do exercício. No exercício de 2017, foi constituída reserva no montante de R\$ 2.482. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo de reserva estatutária era de R\$ 16.365, e em 2017, de R\$ 18.847.

## 17. Limites Operacionais

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita, em relação a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções Bacen nº 4.192 e nº 4.193 de 2013 definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nessas resoluções foram instituídos os conceitos de Patrimônio de Referência (PR Nível I e Nível II) e Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O cálculo dos Ativos Ponderados ao Risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Consequentemente, o Índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pela Instituição.

No quadro abaixo destaca-se a abertura do Índice de Basileia, calculado com base nas Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial (Banco Original S.A e Banco Original do Agronegócio S.A), nos termos da Resolução Bacen nº 4.280/13, substituindo o conceito de Conglomerado Financeiro.

Patrimônio de Referência Nível I	1.307.344	1.837.621
<b>Patrimônio de Referência (Níveis I e II)</b>	<b>1.307.344</b>	<b>1.837.621</b>
<b>RWA (Patrimônio de Referência Exigido)</b>	<b>8.017.216</b>	<b>9.139.736</b>
RWA <sub>CPAD</sub> (Parcela de Risco de Crédito)	6.467.540	7.344.262
RWA <sub>MPAD</sub> (Parcelas de Risco de Mercado)	857.777	1.240.323
RWA <sub>OPAD</sub> (Parcela de Risco Operacional)	691.898	555.151
<b>Índice de Basileia III e II <sup>(1)</sup></b>	<b>16,3%</b>	<b>20,1%</b>

(1) Para fins de apuração do índice de Basileia, o conglomerado de forma conservadora, e em linha com os conceitos de Basileia de uma gestão prudencial, está excluindo o impacto da venda da marca na apuração do Nível I e a Exposição de RWA, a fim de demonstrar a não alavancagem dos negócios até que haja o efetivo recebimento das parcelas em aberto pela venda da marca. O índice de Basileia não excluídos os impactos mencionados é de 19,1%.

Em 2017 e 2016 o Conglomerado Original mostrou-se enquadrado no limite de Capital Regulatório, de 10,5%, e com Patrimônio de Referência compatível com o nível de risco da instituição.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O Conglomerado divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico [www.original.com.br](http://www.original.com.br).

Adicionalmente ao Índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Nos anos de 2017 e 2016, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

## 18. Partes Relacionadas

### a) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Acionistas	31/12/2017		31/12/2016	
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)				
J&F Participações S.A. (J&F) <sup>(1)</sup>	99.000.000	99%	99.000.000	99%
Pessoas Físicas (PF)	1.000.000	1%	1.000.000	1%
<b>Total</b>	<b>100.000.000</b>	<b>100%</b>	<b>100.000.000</b>	<b>100%</b>

(1) Empresa de investimentos (Holding).

### b) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 3.750/09, conforme os saldos apresentados abaixo:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2017	31/12/2016	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
<b>Aplicações em Operações Compromissadas</b>	<b>97.148</b>	<b>84.663</b>	<b>8.136</b>	<b>6.381</b>
Banco Original S.A.	97.148	84.663	8.136	6.381
<b>Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.930</b>
Banco Original S.A.	-	-	-	1.930
<b>Ações</b>	<b>9.560</b>	<b>15.504</b>	<b>(6.609)</b>	<b>621</b>
JBS S.A. (JBS)	9.560	15.504	(6.609)	621
<b>Depósito à Vista</b>	<b>(6)</b>	<b>(54)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
JBS Holding Internacional S.A.	-	(29)	-	-
JBS S.A. (JBS)	-	(19)	-	-
J&F Investimentos S.A.	(6)	(6)	-	-
<b>JCP a Pagar</b>	<b>(7.773)</b>	<b>(6.375)</b>	<b>(7.773)</b>	<b>(6.375)</b>
J&F Participações S.A. <sup>(1)</sup>	(7.773)	(6.375)	(7.773)	(6.375)

(1) Valor de Juros sobre Capital Próprio distribuído para Controladora no montante de R\$ 9.053, para o minoritário R\$ 91 e retenção de Imposto de Renda na fonte de R\$ 1.371.

## 19. Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas

	2º Semestre	01/01 a	01/01 a
		31/12/2017	31/12/2016
Intermediação e Assessoria Financeira	12	29	3.272
Outras Prestações de Serviços <sup>(1)</sup>	-	-	4
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>29</b>	<b>3.276</b>

(1) Refere-se a câmbio, tarifa bancária e outras prestações de serviços.

## 20. Despesas de Pessoal

	2º Semestre	01/01 a	01/01 a
		31/12/2017	31/12/2016
Remuneração	(24)	(79)	(112)
Encargos	(36)	(65)	(36)
Benefícios	(18)	(31)	(27)
<b>Total</b>	<b>(78)</b>	<b>(175)</b>	<b>(175)</b>

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### 21. Outras Despesas Administrativas

	<b>2º Semestre</b>	<b>01/01 a 31/12/2017</b>	<b>01/01 a 31/12/2016</b>
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(721)	(1.482)	(1.020)
Depreciações e Amortizações	(88)	(212)	(330)
Propaganda e Publicidade	(75)	(182)	(321)
Comunicações	(92)	(201)	(303)
Processamento de Dados	(1.753)	(3.908)	(4.373)
Aluguéis	(12)	(24)	(29)
Serviços de Vigilância e Segurança	-	(1)	(3)
Manutenção e Conservação de Bens	-	-	(10)
Serviços do Sistema Financeiro	(593)	(1.182)	(395)
Outras	(337)	(1.108)	(1.459)
<b>Total</b>	<b>(3.671)</b>	<b>(8.300)</b>	<b>(8.243)</b>

### 22. Despesas Tributárias

	<b>2º Semestre</b>	<b>01/01 a 31/12/2017</b>	<b>01/01 a 31/12/2016</b>
Despesa com COFINS	(336)	(361)	(759)
Despesa com ISS	-	(1)	(164)
Despesa com PIS/Pasep	(55)	(59)	(123)
Outras	(50)	(49)	(49)
<b>Total</b>	<b>(441)</b>	<b>(470)</b>	<b>(1.095)</b>

### 23. Outras Receitas Operacionais

	<b>2º Semestre</b>	<b>01/01 a 31/12/2017</b>	<b>01/01 a 31/12/2016</b>
Recuperação de Encargos e Despesas	-	-	116
Atualização de Depósitos Judiciais	16	21	5
Outras	-	3	7
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>24</b>	<b>128</b>

### 24. Outras Despesas Operacionais

	<b>2º Semestre</b>	<b>01/01 a 31/12/2017</b>	<b>01/01 a 31/12/2016</b>
Provisões Operacionais			
Trabalhistas	(105)	(42)	(302)
Indenizações Trabalhistas	(1)	(1)	(20)
Outras	(1)	(2)	-
<b>Total</b>	<b>(107)</b>	<b>(45)</b>	<b>(322)</b>

### 25. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os valores diferidos foram calculados, substancialmente, sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa, sobre prejuízo fiscal e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando o lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social estão apresentados no Balanço Patrimonial nas rubricas de Outros Créditos - Diversos e Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias, respectivamente.

	<b>01/01 a 31/12/2017</b>	<b>01/01 a 31/12/2016</b>
<b>Resultado antes da Tributação e deduzidas as participações do lucro e JCP</b>	<b>5.978</b>	<b>31.525</b>
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-	(551)
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	(1)	51
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	778	53
<b>Base de cálculo - CSLL</b>	<b>5.977</b>	<b>31.025</b>
<b>Base de cálculo - IRPJ</b>	<b>6.756</b>	<b>31.027</b>
CSLL - 20%	(1.195)	(6.205)
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	(1.689)	(7.699)
<b>Total de Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(2.884)</b>	<b>(13.904)</b>
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	(2.884)	(13.904)



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

## 26. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Conglomerado preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo as regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por essas áreas em processos já implantados.

O Conglomerado qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

**Risco de Crédito:** possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

**Risco de Mercado:** possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

**Risco de Liquidez:** possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

**Risco Operacional:** possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

**Gestão de Capital:** é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Conglomerado está sujeito, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

### a. Gerenciamento de Riscos Operacionais

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como, a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, além de indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Segundo a Resolução Bacen nº 3.380/06, incluem-se nos eventos de risco operacional: fraudes internas e externas; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da Instituição; danos a ativos físicos próprios ou de uso pela Instituição; aqueles que acarretam interrupção de atividades; falhas em sistemas de tecnologia da informação; e demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

A estrutura de risco operacional do Conglomerado Original visa a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a Instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos. Essa estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional documento que define a metodologia, os processos e as responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva, evitando novos eventos ou a reincidência de falhas, e elaborar um Plano de Contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com o Comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

### b. Gerenciamento de Riscos de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Conglomerado. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado segue as melhores práticas de mercado e atendem, ainda, aos requisitos da Resolução nº 4.557/17 e Resolução nº 3.464/07 do Conselho Monetário Nacional.

A análise de exposição das carteiras da instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas pela Diretoria da instituição e formalizadas na Política de Risco de Mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê de Diretoria.

Os pilares que estruturam a gestão de risco de mercado e de taxa de juros são:

- VaR (Valor em Risco)
- Stress Test
- Stop Loss
- Análise de Sensibilidade

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

#### **c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez**

As diretrizes da Alta Administração para o processo de Risco de Liquidez são norteadas pela Política de Risco de Liquidez que é aprovada e revisada pelo Comitê de Diretoria. Essa política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução BACen nº 4.557/17 e a Resolução nº 4.090 de 2012. A definição dos limites e da periodicidade de monitoramento e a revisão das normas são de responsabilidade da Diretoria Executiva de Riscos e aprovadas na alçada do Comitê de Diretoria.

A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da Instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportadas às áreas responsáveis pela gestão de liquidez as informações necessárias para tal.

Essas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Conglomerado, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam estas análises são:

- Fluxo de Caixa
- Teste de Estresse
- Caixa Mínimo

#### **d. Gerenciamento de Riscos de Crédito**

Conforme a Resolução CMN nº 3.721/09, risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração da capacidade de pagamento das obrigações creditícias das contrapartes do banco, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, de alterações da conjuntura financeira particular ou inversões de cenários macroeconômicos em sentido amplo ou a desvalorização de instrumentos financeiros e garantias correlatas.

A Diretoria do Conglomerado é responsável pela definição do seu apetite ao risco de crédito e seus processos de gerenciamento.

À Diretoria Executiva de Riscos é responsável por propor à Diretoria os limites de apetite a risco de crédito, as formas de mensurá-los, avaliá-los, monitorá-los e reportá-los. Cabe ainda à Diretoria Executiva de Riscos, desenvolver modelos de aprovação de crédito, de mensuração das exposições potenciais, de concentração de riscos, bem como avaliar a adequação das provisões para devedores duvidosos da carteira de crédito.

### **27. Outras Informações**

#### **a. Garantias Prestadas**

Em 31 de dezembro de 2017, não foram concedidos avais de fianças à terceiros pelo Banco, mediante comissão que está sujeita a encargos financeiros e contra garantias dadas pelos beneficiários.

#### **28. Acordo de colaboração de executivos e ex-executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A.**

Como é de conhecimento público, em maio de 2017, determinados executivos e ex-executivos da JBS S.A. e da J&F Investimentos S.A. ("J&F"), atual acionista indireta do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A (em conjunto com o Banco Original S.A, "Conglomerado Original"), celebraram acordos de colaboração premiada com a Procuradoria Geral da República ("PGR"). Em junho de 2017, a J&F celebrou acordo de leniência com o MPF ("Acordo"), devidamente homologado pela 5ª Câmara do MPF em 24 de agosto de 2017, a respeito do qual determinadas informações ainda estão pendentes de levantamento de sigilo. O Conglomerado Original aderiu formalmente ao Acordo em 4 de outubro de 2017.

O Acordo prevê o pagamento de R\$ 10,3 bilhões em 25 anos a serem pagos exclusivamente pela J&F Investimentos S.A. e diz respeito às operações Cui Bono, Carne Fraca, Sepsis, Greenfield e demais anexos constantes do Acordo.

Em decorrência dos acontecimentos, a Administração do Conglomerado Original, em cumprimento a seus deveres de diligência, contratou o escritório de advocacia Sampaio Ferraz Sociedade de Advogados que, juntamente com a Grant Thornton Corporate Consultores de Negócios Ltda. ("Assessores"), iniciaram uma investigação interna relacionada aos fatos narrados no Acordo, visando constatar eventuais repercussões desses fatos no Conglomerado Original, incluindo-se membros da Administração do Conglomerado Original ou qualquer um de seus funcionários que tenham responsabilidade no processo de elaboração dos relatórios financeiros e que estiveram envolvidos nos mencionados crimes.

Entendemos também ser importante destacar que, em 11 de agosto de 2017, como parte das obrigações assumidas no âmbito do Acordo, foi constituído um Comitê de Supervisão Independente ("Comitê") para, entre outras atribuições, supervisionar a realização de investigação interna. Esse Comitê ratificou a contratação dos Assessores e passou a supervisionar, de forma independente, os trabalhos investigativos para verificar a observância das melhores práticas profissionais.

A investigação foi formalmente encerrada em 27 de fevereiro de 2018, com a entrega, ao responsável pelo Departamento Jurídico do Conglomerado Original, do relatório detalhado contendo todo o escopo da investigação, as fontes de informações nas quais teve seu ponto de apoio e o resultado final, incluindo conclusões ("Relatório"), que será remetido ao Ministério Público Federal, no âmbito do Acordo. As demais investigações realizadas em empresas sob controle da J&F, por força do Acordo, estão em curso e não foram concluídas. A conclusão dessas investigações poderá tratar de fatos pertinentes a qualquer das sociedades nas quais a J&F detém participação direta ou indireta.

Observadas as premissas e ressalvas constantes do Relatório, os Assessores conduziram a revisão da documentação relacionada aos temas sob investigação, realizaram entrevistas com pessoas relevantes e análises financeiras e contábeis relacionadas a certas transações dentro do escopo. Os Assessores concluíram a investigação, conforme devidamente detalhado no Relatório, observado que não foram identificadas, dentro do escopo, evidências de que a Administração atual do Conglomerado Original ou seus atuais empregados que foram objeto de investigação realizaram qualquer prática ilícita vinculada a atividades de corrupção.